



Abril | 2007 • Jornal do

Sintrajuf

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco

Filiado à CUT e à Fenajufe

VI CONGRESSO DA FENAJUFE

VI Congrejufe é o maior da história



Foto: Arquivo Sintrajuf

MESA Abertura do congresso contou com a presença de autoridades, parlamentares e sindicalistas

Com a participação de 428 delegados e 45 observadores, o VI Congresso Nacional da Fenajufe foi o maior já realizado pela categoria. O evento ocorreu em Gramado (RS) entre os dias 28 de março a 1º de abril. Plano de lutas, carreira, direito de greve, conjuntura nacional e internacional e moções foram alguns dos temas do evento, que contou ainda com atividades culturais, como o Concurso Literário Guimarães Rosa.

Em votação, os delegados do VI Congrejufe escolheram Pernambuco como o local de realização da XIV

Plenária Nacional da Fenajufe, em 2008, em data a ser definida. Elaborar uma proposta de plano de carreira para os trabalhadores do Judiciário Federal será o desafio do próximo período.

Haverá reunião ampliada, em 5 de maio, para analisar as propostas do plano de lutas debatidas pelos grupos de trabalho no congresso. Participe da assembléia geral na sede do Sintrajuf (Rua do Pombal, 52, Santo Amaro), no dia 26 de abril, às 19h, para escolher representantes para as reuniões da Fenajufe e da Cnesf e para ficar por dentro da avaliação do Congrejufe!

Assembléia Geral

Dia: 26 de abril (quinta-feira)

Horário: 19h

Local: Sintrajuf (Rua do Pombal, 52, Santo Amaro)

Pauta:

» Avaliação do Congrejufe

» Escolha de delegados para as reuniões da Fenajufe e da Cnesf



Emenda 3 retira direitos trabalhistas

Todos os trabalhadores precisam ficar atentos à ameaça da chamada “flexibilização” dos direitos trabalhistas que a Emenda 3 pode causar. A emenda retira direitos como décimo-terceiro salário, férias remuneradas, FGTS, vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e aposentadoria. Incluída disfarçadamente no projeto de lei 6.272/05, que cria a Receita Federal do Brasil, a emenda é uma verdadeira afronta às conquistas dos trabalhadores ao longo de décadas de luta.

Vetado pelo

presidente Lula, o texto está sendo defendido por 370 deputados e senadores e impede fiscais do Ministério do Trabalho e da Previdência multar empresas que contratam funcionários sem carteira assinada, obrigando-os a emitir nota fiscal, como se fossem empresas prestadoras de serviço. Ocorre, assim, a chamada pejorização, ou seja, transformação da pessoa física em pessoa jurídica. Com ela, vão embora todos os direitos trabalhistas.

A precarização do trabalho que a emenda traz é uma forma que os patrões

encontraram de dar início à reforma trabalhista de forma camuflada. Ao contrário do que eles imaginavam, porém, os brasileiros já perceberam quais as intenções por trás da medida.

Sem garantias – Segundo dados de 2006 do Dieese, cerca de 40% dos brasileiros trabalham sem carteira assinada. Como a emenda altera a atividade dos fiscais da Receita, da Previdência e do Trabalho, a situação tenderá a piorar mais ainda. Qualquer irregularidade só poderá ser questionada na Justiça. Sem falar em casos de

ataques mais graves à dignidade humana, como o trabalho escravo.

A posição oficial da própria Receita Federal é contrária à emenda, uma vez que ela livra os empregadores do pagamento dos encargos trabalhistas, disfarça o vínculo empregatício existente e faz com que o governo arrecade menos para a Previdência Social. Além disso, a emenda é inconstitucional – é o que afirma uma carta assinada por entidades de advogados, juizes, auditores fiscais, procuradores, centrais, jornalistas e membros de movimentos sociais.

(Continua na página 6)



CAMPANHA SALARIAL

Barrar PLP 01/07 é a meta principal



Foto: Arquivo Sindsep

ATO PÚBLICO Servidores públicos em campanha em 28 de março

Confira a pauta de reivindicações

Servidores federais levaram ao presidente Lula a pauta de reivindicações dos funcionários e uma carta específica sobre a situação dos aposentados e pensionistas, pedindo reconhecimento aos serviços prestados à nação brasileira em vez de realizar mais uma reforma da Previdência e fundos de pensão. Confira a pauta de reivindicação da Campanha Salarial 2007:

- » Retirada do PLP 01/07
- » Política salarial com incorporação das gratificações
- » Paridade entre ativos e aposentados
- » Reposição salarial das perdas de 1995 a 2006
- » Correção das distorções salariais
- » Fim das terceirizações
- » Abertura de concursos públicos
- » Diretrizes e Plano de Carreira
- » Isonomia salarial e de todos os benefícios

A campanha salarial dos servidores públicos federais foi lançada nacionalmente em 15 de março, com atos públicos em todo o Brasil. Em Pernambuco, o lançamento foi no dia 28, com passeata convocada pela CUT e atividade na Praça da Independência. Segundo a Coordenação Estadual dos Servidores Federais - composta por Sintrajuf, Sindsep (diversos órgãos federais), Sintufepe (técnico da UFPE) e Sindsprev (trabalhadores da Previdência e Saúde) -, que promoveu o ato, a manifestação foi uma das melhores dos últimos anos. Na ocasião, foi lançado um manifesto em defesa dos servidores federais e do serviço público.

Os servidores públicos escolheram o dia 17 de abril como Dia Nacional de Luta. As atividades realizadas nessa data fizeram parte da mobilização para o atendimento da pauta de reivindicação. Em Pernambuco e em todo Brasil, diversos órgãos já realizaram paralisações nesse dia, demonstrando disposição de luta.

Nesse dia, o Sintrajuf realizou atos-relâmpago nas entradas dos órgãos do Judiciário Federal em Pernambuco, como parte do Dia Nacional de Luta contra o PLP 01/07. Houve carro de som, distribuição de panfletos e coleta de assinaturas para o abaixo-assinado contra o projeto de lei complementar, também disponível no site do Sintrajuf.

Em Brasília, os

servidores participaram de Audiência Pública na Câmara dos Deputados, lotando o auditório. O principal foco de todas as manifestações foi a exigência a retirada do PLP 01/07, que impõe limite de gastos com o servidor. A ocasião também serviu para o protesto contra a emenda 3, que retira direitos trabalhistas.

PLP prejudica serviço público - De acordo com a assessoria técnica do Dieese, a relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida mostra que os gastos com o funcionalismo não vêm subindo, mas caindo: despencou de 56,2% em 1995 para apenas 27,3% em 2005.

“Como se pode querer ter um Estado ágil e eficiente, com capacidade de dar respostas às crescentes necessidades do nosso povo em saúde, moradia, educação, saneamento básico e transporte, com a manutenção do perverso achatamento salarial dos servidores?”, questiona o secretário-geral da CUT, Quintino Severo, afirmando que o PLP é uma afronta ao país.

Para a direção do Sintrajuf, o limite imposto pelo PLP 01/07 ao crescimento da folha de pessoal é insuficiente até para repor os servidores que se aposentarem. Em consequência, prejudicará a população que contará com menos servidores. Estes, por sua vez, podem amargar congelamento dos salários até 2016. Isso inclui os funcionários do Judiciário, que não terão mais parcelas a receber do PCS a partir de 2009.



Saiba tudo sobre o VI C



PRIORIDADE Plano de carreira começa a ser debatido

Diretoria empossada assegura resultado da urna

O fechamento do VI Congrejufe, em 1º de abril, contou com a posse dos novos coordenadores da Fenajufe para o próximo triênio. No final do congresso, ocorreu a eleição da diretoria, com a participação de três chapas: “Unidade para avançar” (chapa 1), “Luta Fenajufe” (chapa 2) e “Alternativa cutista” (chapa 3). Depois de apurados os votos, foi detectada uma distorção do Regimento Eleitoral em relação ao Estatuto, pela qual a chapa 1, que obteve 58,11% dos votos, teria apenas 47% dos diretores.

A comissão eleitoral, observando essa quebra da proporcionalidade, levou ao plenário a ocorrência para que a questão fosse decidida. Os delegados reconheceram a hierarquia do Estatuto sobre o Regimento Eleitoral e aprovaram a correta interpretação do artigo, dando posse à direção de acordo com a quantidade de votos expressos nas urnas. Assim, a chapa 1, com 58% dos votos, ocupou dez vagas de titulares

e três de suplentes; a chapa 2, com 27% dos votos, ficou com cinco titulares e dois suplentes; e a chapa 3, com 15% dos votos, com dois titulares e um suplente.

Não reconhecendo a decisão soberana do congresso, a chapa 3 decidiu recorrer à Justiça para alterar o resultado da eleição. A ação judicial está sendo acompanhada pelo departamento jurídico da Fenajufe. Os atuais coordenadores-gerais da Fenajufe são Roberto Policarpo (DF), Ramiro Lopes (RS) e Cláudio Klein (SP). A presidente do Sintrajuf Jacqueline Albuquerque continua na direção da Fenajufe.

Conselho fiscal - Além da nova direção, foi eleito o novo Conselho Fiscal da Fenajufe, com três titulares e três suplentes, um dos quais é Paulo Abreu, da Justiça do Trabalho em Pernambuco. As contas da Fenajufe relativas ao período de maio de 2006 a fevereiro de 2007 foram aprovadas, sem voto contrário.

Plano de carreira é a prioridade

O VI Congresso Nacional da Fenajufe, realizado de 28 de março a 1º de abril, em Gramado (RS), teve como tema principal o plano de carreira para os trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União. Criar um projeto para o plano de carreira será o próximo desafio da categoria. No dia 30, foi apresentado um painel sobre carreira, com a participação dos especialistas no assunto Luiz Alberto dos Santos e Carlos Maldonado, que demonstraram os diversos tipos de carreiras existentes no serviço público.

Os participantes do Congresso perceberam que vai ser preciso muita discussão, pois existem diversas possibilidades de estrutura. Uma das questões que vem sendo discutida pelos

servidores públicos é a possibilidade de ascensão funcional. Nesse caso, seria necessária a modificação do texto constitucional. A vantagem dessa proposta é o aumento de motivação do servidor e a valorização daqueles que se qualificaram ao longo de suas atividades. A desvantagem é que, sem critérios muito bem firmados, pode ocorrer o chamado “trem da alegria”.

Como essa discussão deve ser de toda a categoria, o primeiro passo já foi dado no Congrejufe. A próxima etapa, deliberada no congresso, é a realização, ainda neste semestre, de um seminário para aprofundar a discussão a fim de dar início à elaboração de um projeto de plano de carreira. A data do evento ainda vai ser agendada.

Derrubar PLP 01 é urgente

A proposta do governo federal de implementação do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) foi debatida na plenária final do congresso, no último dia 31. A resolução aprovada no Congresso critica a limitação dos gastos com o funcionalismo público federal e denuncia a falta de ações concretas para geração de emprego e de garantia de rentabilidade para o FGTS, hoje corrigido pela TR (Taxa Referencial) mais 3% apenas.

Para os delegados, o plano peca ainda por “não propor a redução das altas taxas de juros, não atacar a política fiscal de superávit e nem a

excessiva liberdade cambial, que tanto enriquece os especuladores do capital financeiro”. No entanto, de acordo com resolução aprovada pela plenária do congresso, há alguns pontos positivos no plano: “Com o PAC, o Estado (...) vai ter mais poder de ação e reação nos rumos da economia brasileira”.

Os delegados reafirmaram a importância de a Fenajufe e seus sindicatos filiados se juntarem aos demais servidores para pressionar o Executivo e o Legislativo para derrubar o PLP-01/07, que está expresso no artigo 71 do PAC.

Congresso Nacional da Fenajufe

Moção denuncia nomeação em cargo comissionado

A plenária do VI Congrejufe aprovou moção de repúdio contra a Justiça Eleitoral do Pará, onde servidores efetivos foram exonerados para que pessoas sem qualquer vínculo com o serviço público fossem nomeadas. “Desde as assessorias, corregedoria, diretoria geral e secretarias, o ato tem causado grande revolta entre os servidores do referido tribunal, inclusive com a publicação de

No Pará, servidores efetivos foram exonerados

nota de protesto na imprensa local pelo Sindjuf/PA-AP”, diz a moção.

Foram ainda temas de moções o atentado contra estudantes africanos da Universidade de Brasília, a ampliação da jornada de trabalho no Ministério Público da União, a necessidade de federalização de crimes contra sindicalistas e o apoio à luta dos aeroviários, em greve na ocasião.

Pernambucano é segundo lugar em concurso literário

“Desde que me entendo por gente, sempre estive com lápis e caneta na mão”, conta o professor Eugênio Pacelli Jerônimo Santos. Tanto amor pela escrita rendeu ao funcionário do Serviço de Imprensa do Tribunal Regional do Trabalho o segundo lugar na categoria poesia do Concurso Literário Guimarães Rosa. Promovido pela Fenajufe, o concurso teve seu resultado divulgado em 29 de março, no VI Congrejufe. Foram inscritas 182 obras (102 poemas e 80 contos).

O autor do poema “Noturno urbano” - que em breve será editado em livro pela Fenajufe - já atuou como professor de língua portuguesa, literatura e redação e hoje concilia o trabalho no tribunal com a coordenação do curso de Letras

da Faculdade de Escada. Eugênio Pacelli é também mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. O Sintrajuf parabeniza o servidor por essa conquista!

Ainda na categoria poesia, o primeiro lugar ficou com Gerson Ney França (SP), autor do poema “Solução”, e o terceiro, com Gabriela de Angelis de Souza Peñaloza Mendes (DF), com “Amor Negro”. Já em prosa, os vencedores foram, na ordem, Henrique Fagundes Carvalho (MG), autor do conto “A flor”, Raimundo José Portela de Carvalho (MA), com “A bênção do dia”, e Mauro Almeida Noleto (DF), com “O juiz do futuro”. **Confira a íntegra do poema do servidor do TRT Eugênio Pacelli na última página do Jornal do Sintrajuf.**

Direito de greve é consenso entre servidores

A regulamentação do direito de greve dos servidores públicos federais foi um dos temas mais debatidos no VI Congrejufe. Afinal, esse é um momento decisivo, pois existe a ameaça do governo de cercear tal direito ao funcionalismo. A proposta aprovada obteve o consenso entre os participantes, uma vez que a insatisfação com a proposição do governo era generalizada.

A resolução final é a

seguinte: “Rejeitar a participação em toda e qualquer tentativa do governo de ‘negociar’ restrições ou proibições ao exercício do direito de greve. O direito irrestrito de greve, conquistado através da luta, é parte inseparável da democracia. Quem deve regulamentar as greves, em todos os setores, são os próprios trabalhadores e suas organizações sindicais, como sempre fizeram”.



PLENÁRIA Direito irrestrito de greve é reafirmado

Fenajufe reafirma filiação à CUT

Reunidos no VI Congrejufe, a maioria dos delegados reafirmou a necessidade de permanecer unida com outras categorias na Central Única dos Trabalhadores (CUT) em prol de fortalecer a luta. Essa decisão já havia sido tomada no V Congrejufe, em 2003, e nas plenárias de 2004 e 2005.

A união é fundamental para combater os

ataques contínuos à classe trabalhadora. Atualmente, a central está encaminhando duas grandes batalhas: o direito de greve no serviço público e o combate à limitação dos gastos da folha de pagamento (PLP 01/07). Como lutar contra temas importantes como esses sem a força de uma central trabalhista de histórico combativo?

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

PCS: ainda há pendências nos tribunais pernambucanos

Fotos: Arquivo Fenajufe



REUNIÃO Fenajufe discute PL 319 com comissão interdisciplinar

O Supremo Tribunal Federal já regulamentou o Adicional de Qualificação, Gratificação de Atividade Externa e a Gratificação de Atividade de Segurança. O Sintrajuf entrou em contato com as administrações dos tribunais para verificar a implantação desses pontos.

Outro ponto importante é o artigo 22, que trata da progressão dos servidores que ingressaram depois de 1997 (reenquadramento), na vigência da lei 9421/96 - este, porém, é auto-aplicável e não precisa de regulamentação.

A Justiça Eleitoral já fez todo o levantamento para a aplicação da lei, inclusive sobre o artigo 22, mas espera o Tribunal Superior Eleitoral liberar os recursos. Na Justiça do Trabalho, o serviço de recursos humanos disponibilizou na intranet o manual do Conselho Superior

da Justiça do Trabalho sobre a regulamentação. Está elaborando a regulamentação interna do Adicional de Qualificação e ainda não

enquadrou os servidores no artigo 22. No Tribunal Regional Federal, foi constituído um grupo de trabalho específico para tratar da questão e já houve reenquadramento dos servidores.

A Fenajufe está cobrando dos tribunais superiores a aplicação efetiva da lei. Em reunião, o diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura, informou que está buscando os recursos necessários ao pagamento da GAS e do reenquadramento. Fontoura afirmou que ia tentar incorporar a GAS a partir de maio. O Sintrajuf vai exigir dos tribunais a implantação imediata do PCS e solicitar que os mesmos peçam aos tribunais superiores verba suplementar para a folha de pagamento.

Sintrajuf e Fenajufe cobram aplicação total do PCS

Alterações em tramitação

O projeto de lei 319/07, que altera o Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores do Judiciário Federal, está na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, onde aguarda parecer do relator Rodrigo Maia (PFL-RJ). O prazo para apresentação de emendas terminou no último dia 10 e a Fenajufe está avaliando as oito emendas para saber se são favoráveis ao interesse dos servidores.

Em seguida, o texto – enviado pelo Supremo Tribunal Federal ao Congresso em 7 de março – será votado pelos deputados e segue para a Comissão de Finanças e depois para a Comissão de Constituição e Justiça. O projeto só será votado em

plenário caso haja requerimento em contrário. Depois de passar pela Câmara, o texto segue para o Senado Federal.

Por causa de problemas surgidos após a regulamentação, houve necessidade de propor emendas ao projeto. Em reunião com representantes dos tribunais superiores, a Fenajufe discutiu a possibilidade de incluir emendas relativas à redistribuição entre tribunais e à implementação da GAE dos oficiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, sem que haja prejuízo salarial. O relator prometeu agendar reunião com a Fenajufe e o assessor parlamentar do STF para tratar das alterações.

(Continuação da página 2)



Ilustração: Arquivo CUT

**Metrô e ônibus
param São Paulo
contra a Emenda 3**



Morte de sindicalista pode ter investigação federal

Um ano depois, o caso do assassinato do sindicalista Anderson Luiz continua sem solução. Para cobrar apuração, foi formado o Comitê pela Apuração do Assassinato. O último Congresso da CUT decidiu exigir que a investigação de crimes contra integrantes do movimento sindical seja federalizada.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Frios (Sintrafrios-RJ), militante do movimento negro e dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação, Anderson levou dois tiros em 10 de abril 2006, aos 30 anos. Antes de sua morte, foi um dos responsáveis pela conquista de direitos para

a categoria. A polícia descartou a hipótese de latrocínio e verifica a possibilidade de crime político.

“Vinha apoiando várias chapas cutistas e progressistas em outros sindicatos da região,

CUT pede federalização de crimes contra sindicalistas

atualmente dirigidos por pelegos. Talvez esta sua atitude digna e coerente, honrando seu mandato sindical, tenha desagradado empresários e sindicalistas pelegos da região

que, eventualmente, possa ter constituído motivação para o seu assassinato, configurando um crime de natureza política”, diz nota de repúdio assinada pelo Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (Sinsesp).

A luta contra esse a emenda 3 já começou. No dia 10, em vários estados foram realizadas diversas manifestações. Em Pernambuco, representantes da CUT, juntamente com outras centrais sindicais, fizeram panfletagem no aeroporto, entregando carta aberta aos parlamentares pernambucanos vindos da capital federal. Em São Paulo, de acordo com dados da CUT, 120 mil trabalhadores participaram das atividades contra a Emenda 3.

Os servidores públicos federais também entraram na luta contra a retirada de direitos trabalhistas embutida na emenda 3. As manifestações ocorreram nos atos realizados no Dia Nacional de Luta dos servidores, em 17 de abril, em todo o Brasil. Afinal, um item tão importante não poderia deixar de constar na pauta de reivindicação do funcionalismo. No dia 23, em São Paulo, metrô e ônibus pararam a cidade, atendendo à convocatória de paralisação geral feita pela CUT e outras centrais. A paralisação aconteceu mesmo com a tentativa do TRT 2ª Região de impedir a ação dos trabalhadores, aplicando multa ao Sindicato dos Metroviários.



Incorporação de quintos

» **Servidores do TRT (2002.83.00.014403-1)**

Processo julgado procedente pelo Tribunal Regional Federal. A união interpôs recurso ao STJ. Atualmente os autos aguardam remessa ao gabinete do ministro Nelson Naves, a quem coube a distribuição feita em 19 de março.

» **Servidores do TRE (2002.83.00.014405-5)**

A ação transitou em julgado e está na fase de execução. A Justiça expediu mandado para a União apresentar embargos em 10 dias. O prazo é contado a partir da data do recebimento do mandado. Caso a União não se pronuncie no prazo estabelecido, os valores apresentados pelo Sintrajuf-PE podem ser homologados pelo juízo e seguir para precatório.

Dias parados (greve de 2001)

» **Servidores do TRT (2001.83.00.018950-2)**

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal julgou procedente a ação do sindicato e reverteu a decisão anterior concedendo a extração da Carta de Sentença. A União, defendendo o ato administrativo do TRT, entrou com Recurso Especial e Extraordinário, ainda não despachado. Administrativamente, o sindicato, em 14 de novembro do ano passado, protocolou requerimento no TRT, solicitando que o tribunal efetue o pagamento dos dias parados descontados, tendo em vista o TRF já ter autorizado a execução provisória. O TRT ainda está apreciando o pedido.

Gratificação de incentivo

» **Servidores do TRE (94.0008031-0)**

Encontra-se na Divisão de Precatórios aguardando a liberação de crédito por RPV (Requisição de Pequeno Valor). Concluso desde 17 de abril. A previsão para processamento e liberação do crédito é de 60 (sessenta) dias. Para mais informações, procure o departamento jurídico do sindicato pelo telefone 3421.2608.



Noturno urbano

Eugênio Pacelli (TRT)

I

A tirania ingênua da lâmina se pensa impune
não sabe o quanto deixa de gume
na carne da manga que está cortando neste quando

E menos sabe ainda que mais se extingue
no próximo quando com o aço insano
vibrando contra o carço-osso da manga
num assombro som de violino fúnebre

O saciado sono do aço
num cansaço de felicidade
sobre o poético granito
nem supõe que ronda sua inoxidável existência
sob sete camadas de silêncio
a letal ferrugem

II

Não sabe o dominante
dente de sabre
que penetra a maçã
onde ela é mais secreta
que o tempo se diverte
e só delibera
se antecipa ou retarda
a cárie para punir-lhe a soberba

III

No mais noite
uma fada de ilusão
convoca abelhas abstratas
consagra de mel
outra maçã e outra manga

Não sabem ambas que a realidade as aguarda
no aço da lâmina, no osso do sabre.

Ou o pior: serem salvas,
que é serem condenadas
à indiferença da fome do ferro
e da fúria do dente.

Ou o pior: serem preservadas,
que é serem reservadas
para o cheiro turvo da calda
com que sonham as moscas

Mas não sabe
a letal ferrugem
que a aguarda a ferrugem da ferrugem
quando da lâmina contaminada e consumida
um nada surge

A cárie que ri trevas
no dente-sabre ignora
que enquanto devora
a si devora
que não existe
exceto em

Oficiala do TRT lança livro de poesia

“Curvas do Tempo” é o nome do livro de poesia que a oficiala de justiça do Tribunal Regional do Trabalho Geovania Freitas lança neste dia 25, às 19h, na Livraria Saraiva no Shopping Center Recife.

“Esse livro teve o pré-lançamento na cidade de Saint Prex, na Suíça francesa, em fevereiro passado, e teve uma boa receptividade entre brasileiros, portugueses e também suíços, alemães e italianos que falam a língua portuguesa”, conta a autora. O livro traz 80 poemas, cronologicamente ordenados, sobre temas que vão do amor, a paixão e o mar até os



problemas sociais brasileiros. O Sintrajuf convida todos os colegas a participarem da noite de lançamento!

Passeio ciclístico no TRT foi um sucesso

Os servidores do Judiciário Federal participaram de uma atividade diferente no domingo 15 de abril: um passeio ciclístico com concentração no pátio do Tribunal Regional do Trabalho organizado pelo Grupo de Esporte dos Servidores e

Magistrados do TRT6 (Grude 6). A atividade contou com apoio do Sintrajuf e foi uma ótima oportunidade para integração com os colegas. O desafio proposto pelo grupo foi completar cinco voltas pedalando pela Ciclovía Centro.



expediente

Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita) | Jornalista responsável: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Diagramação: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Redação: Rua do

Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | Fone: (81) 3421.2608 | Fax: (81) 3221.3488 | Site: www.sintrajufpe.org.br | E-mail: sind@sintrajufpe.org.br | Tiragem: 3.000 exemplares | Impressão: MXM Gráfica | Diretoria: Jacqueline Albuquerque (presidente), Wolney Mororó (vice-presidente), Kátia Saraiva (secretária geral), Fernando Guimarães (1º secretário), Ricardo Almeida (1º tesoureiro), Alexandre Pereira (2º tesoureiro), Denilson Laranjeira (imprensa), Jorge Luiz dos Santos (diretor jurídico), Antônio Queiroz (diretor de sindicalização), Carlos Fernandes (relações sindicais), Guido Oliveira (formação sindical), Elias Terto (1º suplente), Luis Carlos Medeiros (2º suplente), Alzira Nascimento (3º suplente) e José Josélio da Silva (4º suplente)